



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 79ª reunião, realizada em 24 de setembro de 2014

1 Em 24 de setembro de 2014, reuniu-se a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros efetivos e suplentes: o presidente
5 Danilo Vieira Júnior, secretário adjunto da SEMAD; Ênio Resende de Souza, da
6 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Wilson
7 Roberto Grossi, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede);
8 Ronan Andrade Nogueira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional,
9 Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Andréa Greiner da Cunha Salles, da
10 Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (Setop); Gibran Conde Guedes,
11 da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Júnio Magela Alexandre, da Comissão
12 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do
13 Estado de Minas Gerais; Marco Túlio Simões Coelho, do Instituto Brasileiro de Meio
14 Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Josálvaro de Castro Guimarães,
15 do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – representantes do poder
16 público; Paula Meireles Aguiar, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
17 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
18 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do
19 Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas
20 Gerais (Fetaemg); Marco Aurélio Moreira, da Federação das Associações Comerciais
21 e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Fábio Henrique Vieira
22 Figueiredo, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais
23 (Sindiextra); Leila Margareth Möller, da Associação Brasileira de Engenharia
24 Sanitária e Ambiental (Abes); Newton Reis de Oliveira Luz, do Conselho Regional
25 de Engenharia e Agronomia (Crea) / Luiz Carlos Silva Machado, da Ordem dos
26 Advogados do Brasil (OAB); Lígia Vial Vasconcelos, da Associação Mineira de
27 Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Instituto de
28 Estudos Pró-Cidadania (Pró-Cittá); Ronaldo Rajão Santiago, da Pontifícia
29 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) – representantes da sociedade
30 civil. **Assuntos em pauta.** 1) **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o
31 Hino Nacional Brasileiro. 2) **ABERTURA.** O presidente Danilo Vieira Júnior
32 declarou aberta a 79ª reunião da Câmara Normativa e Recursal e comunicou que foi
33 aprovada, na data de ontem, a suspensão do movimento “operação padrão” de
34 servidores do Sisema e que deverá ser retomada a normalidade dos trabalhos nas
35 Unidades Regionais Colegiadas, nos Núcleos de Regularização Ambiental e nas
36 Superintendências Regionais de Meio Ambiente. 3) **COMUNICADOS DOS**
37 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** A conselheira Maria Teresa Viana de

38 Freitas Corujo registrou elogios à atuação do Ministério Público Estadual na última
39 reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio Jequitinhonha e propôs à Câmara
40 Normativa e Recursal a criação de um Grupo de Trabalho, em caráter emergencial,
41 para tratar da segurança hídrica no Estado de Minas Gerais. “Eu quero trazer aqui o
42 reconhecimento da sociedade em relação à atuação do Ministério Público Estadual,
43 nas pessoas do doutor Carlos Eduardo, do doutor Marcelo e do doutor Felipe, na
44 reunião da URC Jequitinhonha, na última semana, quando estavam pautadas a
45 Licença Prévia da Manabi e a Licença de Operação da Anglo American, que estão
46 repletas de ilegalidades, violações e omissões. A situação está gravíssima no contexto
47 da segurança hídrica, a sociedade e as organizações sociais e ambientais estão
48 extremamente preocupadas, e estamos trazendo aqui a urgente necessidade de se
49 tratar esse assunto com muito mais critério e responsabilidade.” O conselheiro
50 Josálvaro de Castro Guimarães registrou protesto em relação à “falta de respeito aos
51 conselheiros e aos técnicos da Supram”, na última reunião da URC Jequitinhonha. A
52 conselheira Paula Meireles Aguiar considerou que houve clima de insegurança para
53 os conselheiros exercerem sua função na mesma sessão da URC, em virtude de
54 manifestações da população no local da reunião, inclusive com a necessidade de
55 intervenção da Polícia Militar, e registrou apelo à SEMAD no sentido de se evitar que
56 esse tipo de situação se torne constante nos colegiados do COPAM.” O presidente
57 Danilo Vieira Júnior ressaltou a existência de pontos de vista diferentes em cada
58 processo, mas defendeu que os colegiados sejam usados como espaço democrático
59 para se promover “debates em alto nível”. “O grande exercício – tanto nosso, dos
60 técnicos, que analisamos esses processos, quanto de vocês, conselheiros, que são, de
61 fato, os responsáveis pela deliberação e pelo apontamento dos rumos do
62 licenciamento – é ter esse discernimento e a responsabilidade de separar o joio do
63 trigo e verificar o que precisa, de fato, ser esmiuçado, e não nos deixar levar pela
64 emoção e por coisa que não acrescenta nada ao processo, não traz nenhum benefício,
65 do ponto de vista social e ambiental, e apenas traz o desconforto, a insegurança, a
66 desordem, o que, na minha opinião, prejudica o processo e deixa, às vezes, uma
67 questão legítima ficar ilegítima.” O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do
68 Nascimento defendeu que seja analisado “até que ponto os potenciais conflitos e
69 divergências estão sendo, antecipadamente, tratados pelo órgão ambiental”, comentou
70 sobre a importância de se considerar o papel de mediador do órgão ambiental e a
71 necessidade de se garantir os direitos dos atingidos por empreendimentos. “Eu
72 entendo que é possível tratar civilizadamente as questões, desde que se entenda que
73 conflito é parte constitutiva da democracia. Cada um tem que rever o seu papel, e eu
74 acho que a direção tem que fortalecer o papel das Suprams no sentido da mediação e
75 garantir, no início dos processos, inclusive, a interlocução entre os que pleiteiam.” O
76 conselheiro Ronaldo Rajão Santiago defendeu que sejam consideradas pelo COPAM
77 e respondidas, tecnicamente, as questões levantadas por membros da sociedade civil
78 na reunião da URC Jequitinhonha. “Eu me sinto muito à vontade – embora sempre
79 devamos rechaçar qualquer tipo de excesso cometido – quando a sociedade fiscaliza
80 de perto os órgãos públicos. Havendo esse controle social, transparente, a

81 possibilidade de acertarmos nas nossas decisões é muito maior.” A conselheira Maria
82 Teresa Viana de Freitas Corujo registrou ainda considerações a respeito do
83 licenciamento da Anglo American pautado na última reunião da URC Jequitinhonha.
84 “Um empreendimento minerário que tem 300 condicionantes, para se implantar e ter
85 uma LP, naquele momento não tem uma viabilidade ambiental. O que está
86 acontecendo na URC Jequitinhonha não é uma sociedade de atingidos e organizações
87 que estão querendo ter falta de respeito ou que não estão sabendo se comportar. O
88 que está acontecendo é o resultado de um licenciamento que veio sendo ‘tratorado’
89 desde o primeiro momento. Não se resolve conflitos ou a situação de Conceição de
90 Mato Dentro e a da bacia do Santo Antônio dessa forma. As condicionantes que eram
91 para a LP passaram para a LI. Não foram cumpridas e passaram para a LI 2. Não
92 foram cumpridas e passaram para a LO. Tem que se voltar atrás, tem que se
93 suspender e começar a cumprir as condicionantes. Ou tratamos a questão ambiental
94 no Estado de Minas Gerais como tem que ser ou o preço que as atuais gerações de
95 mineiros e as futuras gerações vão pagar será responsabilidade de quem está
96 assinando ou endossando esse tipo de decisão.” **4) EXAME DA ATA DA 78ª**
97 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 78ª reunião da Câmara Normativa e
98 Recursal, realizada em 13 de agosto de 2014, com abstenções dos conselheiros Paula
99 Meireles Aguiar, Ronaldo Rajão Santiago, Carlos Alberto Santos Oliveira e Lígia
100 Vial Vasconcelos e a seguinte alteração: – Na página 3, a partir da linha 100, nova
101 redação para a manifestação do conselheiro Wilson Roberto Grossi: “O conselheiro
102 Wilson Roberto Grossi observou que, na classificação apresentada no quadro da DN,
103 o valor de 1 hectare fica incluído em duas classes: de 0 a 1 e de 1 a 5. Foi informado
104 pelo apresentador André, da SEMAD, que esse fato já havia sido observado e que no
105 texto será corrigido.” **5) DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM PUBLICADA**
106 **AD REFERENDUM PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1) Deliberação**
107 **Normativa COPAM nº 191, de 6 de janeiro de 2014, que altera o Anexo Único da**
108 **Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004, incluindo o**
109 **código para atividade de pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de**
110 **revestimento.** Item retirado de pauta pela Presidência. Presidente Danilo Vieira
111 Júnior: “Houve dúvidas junto ao município de São Tomé, onde foram colocados
112 alguns pontos que, segundo eles, ainda não estão claros. Para que tenhamos
113 condições de deliberar com todas as dúvidas elucidadas, nós vamos retirar de pauta
114 para que esse Grupo de Trabalho apresente tudo isso, equacione todas as dúvidas e
115 voltemos na próxima reunião.” **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA**
116 **COPAM PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação**
117 **Normativa COPAM, que dispõe sobre os parâmetros básicos para identificação**
118 **e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação**
119 **secundária das formações savânicas associadas ao Bioma Mata Atlântica, para**
120 **fins de aplicação do seu Regime Jurídico.** Item retirado de pauta pela Presidência,
121 por recomendação do Grupo de Trabalho que elaborou a minuta de DN. Germano
122 Luis Gomes Vieira, coordenador do GT: “É um grande desafio, especialmente por
123 dois motivos. Essa norma tem como objetivo estabelecer uma metodologia de, ainda

124 que seja difícil colocar grau sucessional para formação savânica, que seja colocado
125 grau de conservação. Ainda assim é um desafio, porque há divergências doutrinárias
126 e, às vezes, escassez de literatura especializada. Então o que estamos fazendo é jogar
127 com esse desafio. Não temos nenhum precedente no Brasil inteiro de algum Estado
128 que já tenha isso feito. Minas Gerais vai estar na vanguarda de ser o primeiro Estado
129 a fazer uma norma que realmente garanta uma aplicação adequada do regime jurídico
130 da mata atlântica na Lei 11.428. O segundo desafio que encontramos é que é uma
131 norma de conteúdo muito técnico e que, portanto, tem repercussão em diversos
132 setores. Não é só no setor da mineração, mas no setor da agricultura, no setor
133 imobiliário, porque, para qualquer um que queria solicitar autorização para supressão
134 de vegetação no âmbito do mapa do IBGE, se essa formação for savânica, com
135 certeza será aplicada essa nova norma, que vai garantir uma aplicação adequada para
136 essas formações savânicas. E hoje não é feito, os processos estão suspensos,
137 aguardando essa metodologia. Desde dezembro do ano passado, foi criado um Grupo
138 de Trabalho com o objetivo de chegar a uma metodologia. O grupo concluiu, em
139 maio deste ano, a metodologia para as formações savânicas. Ao final, a SEMAD, que
140 coordenava o Grupo de Trabalho, elaborou uma minuta de norma, que é esta de que
141 os senhores tiveram conhecimento, que foi pautada. Na Câmara Normativa e
142 Recursal aconteceram pedidos de vista de seis entidades, só que os próprios
143 conselheiros da CNR solicitaram que a SEMAD pudesse organizar reuniões paralelas
144 entre os conselheiros que solicitaram vista e os membros do Grupo de Trabalho, para
145 que pudéssemos trazer aqui uma norma convergente. Este é um exemplo de norma
146 convergente, de norma que queremos que tenha uma única língua. Então o nosso
147 objetivo, até chegarmos a um consenso, é que todos os seis conselheiros estejam
148 satisfeitos com a norma e que possamos trazer aqui uma norma equilibrada e
149 convergente, com eficácia. Para isso, é preciso que façamos ainda mais duas
150 reuniões. A partir dessas duas reuniões, a norma voltará, com uma versão final, para a
151 reunião da CNR, em outubro.” Conselheiro Ênio Resende de Souza: “Na reunião
152 passada da CNR, nós tivemos a oportunidade de relatar que a Secretaria de
153 Agricultura realizou uma reunião com professores da Universidade Federal de Viçosa
154 e da Universidade Federal de Lavras sobre um estudo que foi feito em toda Minas
155 Gerais e em parte da Bahia na área da floresta estacional decidual, a mata seca. Esse
156 estudo foi financiado pela Fapemig, portanto, feito com recurso público. Nessa
157 reunião estavam também representantes da Faemg, da Epamig, da Emater e de
158 diversas entidades, e nos impressionou muito a robustez do estudo que foi feito.
159 Estudaram todos os remanescentes de vegetação da mata seca em Minas Gerais e na
160 Bahia e fizeram um estudo estatístico muito robusto. Fizeram também uma análise do
161 cerrado nessa área de domínio da mata atlântica. Na ocasião, sugerimos que a
162 SEMAD buscasse apoio junto aos professores e a essas pessoas que fizeram esse
163 estudo, porque demonstraram grande conhecimento e puseram o pé no chão, foram a
164 campo, levantaram solo, vegetação, muita ciência e estatística em cima de um
165 trabalho que apresentou muita robustez. Eu li os dois estudos que foram feitos (para a
166 minuta de DN) e acho que ainda estão muito frágeis. Eu acho que precisamos

167 aprofundar mais a discussão. O cerrado é outro tipo de vegetação, bastante diferente
168 de mata atlântica, então temos que ter muito cuidado para não fazermos uma norma
169 de forma precipitada.” O coordenador Germano Luis Gomes Vieira registrou convite
170 ao conselheiro Ênio Resende de Souza para participar das reuniões finais do Grupo
171 de Trabalho, previstas para as duas próximas segundas-feiras. Conselheiro Carlos
172 Alberto Santos Oliveira: “Eu sou membro do GT de Cerrado e, nesse tempo todo que
173 tenho de COPAM, nunca vi uma matéria tão complicada para se discutir e se
174 entender. Eu não tenho receio nenhum de falar que, a não ser os representantes da
175 Fiemg e do Sindiextra e os próprios representantes da UFMG e o pessoal do
176 Ministério Público, todos nós que somos participantes do GT ficamos por fora da
177 discussão. Estou fazendo esse esclarecimento porque o Ênio, que está representando a
178 Seapa, está falando de uma nova situação que está surgindo, que outra academia está
179 se dispondo a entrar na discussão. E está sendo reivindicada, pela Secretaria de
180 Agricultura, uma reabertura de tudo. Então, na realidade, nós estamos diante de uma
181 DN que é de grande importância para o andamento do Sisema, das questões das
182 licenças ambientais, e, quando estava quase pronta, surgiram a necessidade e o
183 pedido oficial de uma Secretaria de Estado para que sejam reabertos as discussões e
184 os trabalhos.” Coordenador Germano Luis Gomes Vieira: “Esse estudo não está posto
185 ainda, é fato que podemos discutir ainda os critérios que estão ali presentes. Para
186 essas duas reuniões, é mais do que legítima a participação da Seapa, com esses
187 profissionais, inclusive porque a Seapa e a Ufla também fazem parte do GT. Então
188 estão todos convidados a participar, nas próximas duas segundas-feiras.” 7)
189 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE**
190 **CONDICIONANTE DE REVALIDAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1)**
191 **Votorantim Siderurgia S/A. (UHE Sobragi). Barragem de geração de energia**
192 **hidrelétrica. Belmiro Braga/MG. PA 01857/2004/006/2012. Condicionante nº 9.**
193 Processo retirado de pauta com pedido de vista da conselheira Paula Meireles Aguiar.
194 **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE**
195 **AUTO DE INFRAÇÃO. 8.1) Departamento de Estradas de Rodagem de Minas**
196 **Gerais (DER). Pavimentação, terraplenagem e construção de estradas.**
197 **Moeda/MG. PA 00202/1990/001/1990, AI 70/1990.** Recurso indeferido por
198 unanimidade nos termos do parecer jurídico, com abstenção dos conselheiros Marco
199 Aurélio Moreira, Andréa Greiner da Cunha Salles e Paula Meireles Aguiar. **8.2) Auto**
200 **Posto Aufoara Ltda. Comércio varejista de combustível. Mutum/MG. PA**
201 **02932/2001/002/2004, AI 1.825/2004.** Recurso indeferido por unanimidade nos
202 termos do parecer jurídico, com abstenção do conselheiro Marco Aurélio Moreira.
203 **8.3) Prefeitura Municipal de Antônio Carlos. Disposição final de resíduos**
204 **sólidos. Antônio Carlos/MG. PA 12786/2005/001/2005, AI 15.198/2005.** Recurso
205 indeferido por unanimidade nos termos do parecer jurídico, com abstenção do
206 conselheiro Marco Aurélio Moreira. **8.4) Cuco – Companhia Urbanizadora de**
207 **Contagem. Canal de drenagem urbana. Contagem/MG. PA**
208 **00044/1992/004/1992, AI 194/1992.** Recurso indeferido por unanimidade nos termos
209 do parecer jurídico, com abstenção do conselheiro Marco Aurélio Moreira. 9)

210 **EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE ENERGIA E MUDANÇAS**
211 **CLIMÁTICAS DE MINAS GERAIS. ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.**
212 **Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Item retirado de
213 pauta pela Presidência, em função da ausência do representante da FEAM
214 responsável pela apresentação. O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do
215 Nascimento registrou posição favorável à proposta de realização de um seminário
216 estadual antes de o tema ser submetido à CNR. **10) ENCERRAMENTO.** Não
217 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Danilo Vieira Júnior declarou
218 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

219

220

APROVAÇÃO DA ATA

221

222

223

Presidente Danilo Vieira Júnior